



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ELLYTON SOUZA DE BRITO

**ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM
POCINHOS: UM ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO TRIBUTÁRIO
E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO MUNICIPAL**

CAMPINA GRANDE- PB
2025

ELLYTON SOUZA DE BRITO

**ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM
POCINHOS: UM ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO TRIBUTÁRIO
E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Contabilidade.

Área de concentração: Contabilidade Pública

Orientador: Prof. Me. Amanda Paulino Soares

**CAMPINA GRANDE - PB
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título,

B862a Brito, Ellyton Souza de.

Análise da arrecadação de tributos municipais em Pocinhos: um estudo sobre o desempenho tributário e suas implicações para a gestão municipal [manuscrito] / Ellyton Souza de Brito. - 2025.

34 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Ma. Amanda Paulino Soares, Departamento de Ciências Contábeis - CCSA".

1. Finanças públicas municipais. 2. Arrecadação própria.
3. Dependência fiscal. I. Título

21. ed. CDD 657.61

ELLYTON SOUZA DE BRITO

**ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM
POCINHOS: UM ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO TRIBUTÁRIO
E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Contabilidade.

Área de concentração: Contabilidade Pública

Aprovado em: 10/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Amanda Paulino Soares** (***.685.174-**), em **19/06/2025 13:40:58** com chave **2d61da624d2c11f0aa8306adb0a3afce**.
- **Ana Jussara Silva do Nascimento** (***.505.774-**), em **19/06/2025 13:54:42** com chave **18b2e1e04d2e11f08a3b2618257239a1**.
- **Sidney Soares de Toledo** (***.440.354-**), em **25/06/2025 13:09:14** com chave **bcf83e1c51de11f0a6261a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 25/06/2025

Código de Autenticação: 914706



Ao meu pai Nelliton a minha mãe Eliane, e a minha namorada Josicleide, por serem minha fonte de força e inspiração, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que com Sua infinita sabedoria e graça me guiou e fortaleceu em cada passo desta jornada. A Ele dedico todas as minhas conquistas e superações, pois foi Ele quem me deu discernimento em cada desafio enfrentado. À minha família, por estarem sempre ao meu lado. Em especial, meus pais Nelliton Porto e Eliane Albino e a minha namorada Josicleide Soares, toda a minha dedicação foi por vocês. Sem o apoio de vocês, este momento não teria sido possível.

Aos meus amigos de longa data, que tornaram as manhãs mais tranquilas com conversas e reflexões antes das aulas. Em especial, agradeço a Arlindo Clinton, Jailson Ribeiro e Rodrigo Araújo.

Aos meus colegas de curso, que tornaram os desafios mais leves. Em especial, agradeço a Ana Livia, Bruna Jonair, Emanuel Batista, Jose Eduardo, Jose Gabriel, Michael da Silva, Martina Fernanda, Maria Clara, Moisés Lamec e Rian Melo. A convivência com vocês fez desta trajetória uma experiência única e especial.

Aos professores que, com seus ensinamentos, dedicação e inspiração, contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal ao longo desses anos.

A minha orientadora, Prof. Me. Amanda Paulino, e aos professores da banca examinadora, Ana Jussara Silva do Nascimento e Sidney Soares de Toledo expresse minha gratidão por aceitarem participar deste momento e pela disposição em avaliar este trabalho, enriquecendo-o com suas valiosas contribuições.

A todos vocês, meu mais profundo agradecimento por fazerem parte desta conquista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Variação Percentual das Receitas Municipais.	26
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Médias das Receitas Municipais	25
Tabela 2 - Proporção das Transferências na Receita Total (%).	28
Tabela 3 - Estatísticas do Modelo de Regressão.	29
Tabela 4 - Coeficientes da Regressão.	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEORICO	12
2.1 Tributos Municipais	13
2.2 Eficácia na Arrecadação Municipal	14
2.3 Desafios da Arrecadação Municipal	16
2.3.1 <i>Desafios Administrativos</i>	16
2.3.2 <i>Desafios Econômicos</i>	17
2.3.3 <i>Desafios Culturais</i>	17
2.3.4 <i>Possíveis Soluções</i>	17
2.4 Transferências Intergovernamentais Vinculadas	18
2.4.1 <i>FUNDEB: Financiamento da Educação Básica</i>	18
2.4.2 <i>SUS: Garantia de Assistência à Saúde</i>	19
2.4.3 <i>Impacto nas Finanças Municipais</i>	19
2.5 Impacto da Educação Fiscal na Arrecadação	19
2.5.1 <i>Programas de Educação Fiscal em Escolas</i>	19
2.5.2 <i>Campanhas Educativas Voltadas ao Público Geral</i>	20
2.5.3 <i>Benefícios da Educação Fiscal</i>	20
2.6 Sustentabilidade Financeira Municipal	20
2.6.1 <i>Importância da Diversificação de Receitas</i>	21
2.6.2 <i>Gestão Eficiente dos Recursos Públicos</i>	21
2.6.3 <i>Tecnologia e Inovação na Administração Tributária</i>	21
2.6.4 <i>Educação Fiscal como Pilar da Sustentabilidade</i>	21
2.6.5 <i>Exemplos de Boas Práticas</i>	21
3. METODOLOGIA	22
3.1 Tipo de Pesquisa	22
3.2 Método de Pesquisa	22
3.3 Coleta de Dados	23
3.4 Tratamento dos Dados e Técnicas Estatísticas	23
3.5 Justificativa para o Período Analisado	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1 Análise Descritiva	25
4.1.1 <i>Médias das Receitas Municipais</i>	25
4.1.2 <i>Variação Percentual Ano a Ano</i>	26
4.1.3 <i>Proporção das Transferências na Receita Total</i>	27
4.2 Análise Estatística (Regressão Linear)	29
4.2.1 <i>Estatísticas do Modelo</i>	29
4.2.2 <i>Interpretação dos Coeficientes da Regressão</i>	30

5. CONCLUSÃO	31
6. REFERÊNCIAS	33

ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM POCINHOS: UM ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO TRIBUTÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO MUNICIPAL

ANALYSIS OF MUNICIPAL TAX COLLECTION IN POCINHOS: A STUDY ON TAX PERFORMANCE AND ITS IMPLICATIONS FOR MUNICIPAL MANAGEMENT

Ellyton Souza de Brito *

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a composição das receitas do município de Pocinhos, localizado no estado da Paraíba, com ênfase na dependência das transferências intergovernamentais e seus impactos na sustentabilidade financeira local. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, utilizando dados financeiros coletados entre os anos de 2014 e 2023, obtidos por meio de fontes oficiais como o Portal da Transparência e o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. A metodologia compreende uma análise descritiva dos dados — envolvendo cálculo de médias, variações percentuais e proporções — e uma análise estatística por meio de regressão linear simples, visando verificar a influência do total de transferências sobre a receita total do município. Os resultados apontam que mais de 90% da receita municipal provém de repasses externos, o que caracteriza uma alta dependência fiscal. A regressão revelou um coeficiente de determinação de 0,9973 e um coeficiente angular de 1,13, indicando que a receita total cresce proporcionalmente ao aumento nas transferências. Diante disso, conclui-se que o município apresenta baixa autonomia financeira, estando vulnerável a instabilidades econômicas e políticas que afetem os repasses. Como recomendação, propõe-se o fortalecimento da arrecadação própria por meio da formalização de empreendimentos locais, diversificação econômica e captação de recursos por meio de convênios governamentais.

Palavras-chave: Finanças públicas municipais. Arrecadação própria. Dependência fiscal.

ABSTRACT

This study aims to analyze the composition of the revenues of the municipality of Pocinhos, located in the state of Paraíba, with emphasis on its dependence on intergovernmental transfers. The research adopts a quantitative approach, using financial data collected from 2014 to 2023 from official sources such as the Transparency Portal and the State Court of Accounts of Paraíba. The methodology includes a descriptive analysis of the data—calculating averages, annual variations, and proportions—and a statistical analysis using simple linear regression, in order to verify the influence of total transfers on the municipality's total revenue. The results show that more than 90% of the municipal revenue comes from external transfers, characterizing a high fiscal dependence. The regression showed a coefficient of determination of 0.9973 and a slope coefficient of 1.13, indicating that total revenue increases proportionally with the rise in transfers. Therefore, it is concluded that the municipality presents low financial autonomy, being vulnerable to economic and political instabilities that affect transfers. As a recommendation, it is proposed to strengthen its own revenue through the formalization of local businesses, economic diversification, and resource acquisition through government agreements.

Keywords: Municipal public finance. Own revenue. Fiscal dependence.

1. INTRODUÇÃO

A administração pública municipal desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico das cidades, sendo responsável por fornecer uma ampla gama de serviços essenciais à população, como saúde, educação e infraestrutura. Para viabilizar tais iniciativas, os municípios dependem de duas grandes fontes de receita: os tributos municipais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); e as transferências intergovernamentais, que incluem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outras transferências vinculadas, como as destinadas à saúde (SUS) e à educação (FUNDEB). (BRASIL, 2021; GIACOMONI, 2021).

Embora os tributos municipais representem uma expressão da autonomia financeira local, sua contribuição para o orçamento total é frequentemente limitada, especialmente em municípios de pequeno porte. Um exemplo disto é a cidade de Pocinhos, localizada no estado da Paraíba, as transferências intergovernamentais desempenham um papel preponderante na sustentação das receitas municipais, muitas vezes superando a arrecadação própria. Essa dependência reflete tanto a fragilidade da base tributária local quanto as dinâmicas das relações fiscais entre os entes federativos (BRASIL, 2021).

A relevância das transferências intergovernamentais vai além do FPM, abrangendo recursos vinculados que exercem funções específicas no atendimento de políticas públicas essenciais. Contudo, essa dependência também expõe os municípios a vulnerabilidades, uma vez que as transferências estão sujeitas às variações na arrecadação nacional e às mudanças nas políticas de distribuição de recursos. Dessa forma, compreender o comportamento dessas transferências no contexto do orçamento municipal é essencial para avaliar a sustentabilidade financeira e a autonomia de municípios como Pocinhos (ALMEIDA, 2022).

Pocinhos possui uma população estimada em 18.071 habitantes (IBGE, 2023) e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 8.463,47, considerado abaixo da média estadual (IBGE, 2020). Com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,586, classificado como baixo (PNUD, 2010), o município enfrenta desafios significativos na ampliação de sua base tributária e na redução da dependência de transferências intergovernamentais. Aproximadamente 90% da receita total de Pocinhos é composta por transferências, o que reforça sua vulnerabilidade a variações externas (BRASIL, 2021).

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão-problema:

a arrecadação própria de Pocinhos é suficiente para garantir sua independência financeira? Para responder a essa pergunta, definiu-se como objetivo geral analisar a composição das receitas do município de Pocinhos, com ênfase na dependência das transferências intergovernamentais e seus impactos na sustentabilidade financeira local entre os anos de 2014 a 2023.

A fim de atingir esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Calcular as médias anuais de arrecadação dos principais tributos municipais e do total de transferências;
- Analisar as variações percentuais ano a ano na arrecadação e nas transferências;
- Identificar a proporção do total de transferências e dos tributos municipais em relação à receita total;
- Avaliar a influência do total de transferências sobre a receita total, por meio de análises estatísticas.

A escolha por uma abordagem quantitativa baseia-se na confiabilidade e acessibilidade das informações financeiras disponíveis em bases de dados públicas, como o Portal da Transparência e os relatórios do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Além disso, a utilização de técnicas estatísticas permite uma análise objetiva e detalhada, fornecendo subsídios para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas locais (CRESWELL, 2014).

Por fim, a escolha do município de Pocinhos como objeto de estudo justifica-se pela conveniência e relevância acadêmica. Trata-se de uma cidade de pequeno porte, com indicadores socioeconômicos que refletem os desafios enfrentados por muitos municípios brasileiros similares. Esse estudo não apenas busca compreender a dinâmica financeira de Pocinhos, mas também oferecer insights que possam ser aplicados a outras realidades municipais, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública em contextos semelhantes (IBGE, 2023; COSTA, 2018).

2. REFERENCIAL TEORICO

Com o objetivo de fundamentar a análise desenvolvida neste trabalho, o referencial teórico foi estruturado em seis tópicos, que abordam os principais conceitos relacionados à temática. O primeiro tópico trata das receitas públicas, apresentando sua definição e importância para o funcionamento da administração pública. Em seguida, são discutidos os tributos municipais, com foco nos principais impostos de competência do município. O terceiro

tópico aborda as transferências intergovernamentais, explicando os mecanismos de repasse de recursos entre os entes federativos. Na sequência, trata-se da arrecadação própria municipal, evidenciando suas limitações e os desafios enfrentados pelos municípios de pequeno porte. O quinto tópico discute o federalismo fiscal e a autonomia municipal, destacando a relação entre dependência financeira e capacidade de autogestão. Por fim, o último tópico aborda a gestão fiscal e a responsabilidade na administração pública, ressaltando a importância do equilíbrio orçamentário e da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.1 Tributos Municipais

Os tributos municipais representam uma das principais fontes de receita própria dos municípios brasileiros e desempenham um papel essencial na manutenção e ampliação dos serviços públicos locais. Dentre os principais tributos municipais, destacam-se o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), além de diversas taxas e contribuições que incidem sobre serviços específicos (BRASIL, 2021).

A arrecadação eficiente desses tributos é fundamental para fortalecer a autonomia financeira dos municípios, reduzindo sua dependência de transferências intergovernamentais e permitindo maior capacidade de planejamento e execução de políticas públicas. No entanto, muitos municípios enfrentam desafios significativos para maximizar essa arrecadação, em grande parte devido a problemas estruturais, como deficiência administrativa, desatualização cadastral e resistência da população ao pagamento de tributos (SILVA, 2020).

O IPTU, um dos tributos mais relevantes para os cofres municipais, incide sobre a propriedade de imóveis urbanos e pode ser potencializado por meio da atualização do cadastro imobiliário e da revisão das alíquotas aplicadas (ALMEIDA, 2022). Contudo, a inadimplência ainda representa um obstáculo considerável, comprometendo a receita prevista e limitando investimentos em infraestrutura e serviços básicos.

Já o ISS, por sua vez, incide sobre a prestação de serviços e se destaca por sua flexibilidade, uma vez que sua arrecadação pode variar de acordo com o dinamismo econômico local. A adoção da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) tem sido uma estratégia eficaz para aumentar a transparência e a eficiência na arrecadação desse imposto, minimizando a evasão fiscal e aprimorando os mecanismos de controle (BRASIL, 2021).

Outro tributo de grande relevância para os municípios é o ITBI, que incide sobre a transmissão intervivos de bens imóveis e direitos a eles relativos. Sua arrecadação está diretamente vinculada ao aquecimento do mercado imobiliário, tornando essencial a

implementação de sistemas que facilitem o registro e a fiscalização das transações imobiliárias, garantindo que os valores recolhidos reflitam adequadamente as movimentações do setor (ALMEIDA, 2022). Além dos impostos, os municípios também contam com a arrecadação de taxas e contribuições, que possuem finalidades específicas. As taxas são cobradas em função do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviços públicos específicos, como coleta de lixo e fiscalização sanitária. Já as contribuições de melhoria são instituídas quando há valorização imobiliária decorrente de obras públicas, representando uma forma de equidade fiscal ao distribuir os custos das melhorias entre os beneficiários diretos (SILVA, 2020).

Apesar da importância dessas receitas para o funcionamento dos municípios, a baixa capacidade arrecadatória ainda é uma realidade em muitas administrações locais. Fatores como inadimplência, dificuldades na fiscalização e a resistência da população ao pagamento de tributos comprometem a eficiência do sistema tributário municipal. Para enfrentar esses desafios, é imprescindível investir na modernização administrativa, na capacitação dos servidores e em campanhas de conscientização tributária, estimulando uma cultura de cidadania fiscal e reforçando a importância da contribuição de cada cidadão para o bem-estar coletivo (ALMEIDA, 2022).

Quando arrecadados de forma eficiente, os tributos municipais possibilitam que os gestores públicos realizem investimentos fundamentais em áreas como infraestrutura, educação e saúde, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico e melhorando a qualidade de vida da população. Dessa forma, o fortalecimento da arrecadação municipal não apenas garante a sustentabilidade financeira das prefeituras, mas também contribui para a construção de cidades mais estruturadas, dinâmicas e justas para todos (BRASIL, 2021).

2.2 Eficácia na Arrecadação Municipal

A eficácia na arrecadação tributária municipal constitui um elemento essencial para a sustentabilidade financeira dos municípios, pois está diretamente relacionada à capacidade da administração pública de garantir que os tributos devidos sejam efetivamente recolhidos. Esse conceito abrange não apenas o potencial teórico de arrecadação, mas também a eficiência com que os processos administrativos são conduzidos, desde a cobrança e fiscalização até o combate à inadimplência. Dessa forma, uma arrecadação eficaz contribui para a maximização da receita própria dos municípios, possibilitando uma gestão financeira mais independente e autônoma (ALMEIDA, 2022).

A redução da dependência de transferências intergovernamentais é um dos principais benefícios da arrecadação tributária eficiente. No entanto, alcançar essa eficácia requer a

superação de desafios operacionais, tecnológicos e culturais.

Segundo Silva (2020), municípios que investem na modernização administrativa, adotando sistemas automatizados de arrecadação e promovendo o fortalecimento de suas equipes fiscais, apresentam um desempenho superior em comparação com aqueles que mantêm estruturas administrativas defasadas.

A eficácia tributária municipal é influenciada por múltiplos fatores, os quais podem ser categorizados em três grandes grupos: administrativos, econômicos e culturais.

Fatores Administrativos: Os aspectos administrativos desempenham um papel fundamental na eficiência da arrecadação tributária. A ausência de cadastros atualizados de imóveis e atividades econômicas pode comprometer a base de arrecadação municipal. Dessa forma, medidas como a atualização cadastral contínua, a implementação de sistemas informatizados de gestão tributária e a capacitação permanente dos servidores responsáveis pela administração tributária são indispensáveis para garantir um processo arrecadatório eficiente (ALMEIDA, 2022).

Fatores Econômicos: O nível da atividade econômica local tem impacto direto sobre a arrecadação de tributos como o ISS e o ITBI. Períodos de crescimento econômico favorecem o aumento da arrecadação, enquanto períodos de crise podem gerar retração nas receitas municipais. Exemplos notáveis desses impactos foram observados durante a recessão econômica de 2015-2016 e a pandemia de COVID-19, eventos que comprometeram a capacidade de pagamento dos contribuintes e reduziram significativamente a arrecadação tributária dos municípios brasileiros (BRASIL, 2021).

Fatores Culturais: A percepção da população em relação à tributação também influencia a eficácia arrecadatória. Quando os cidadãos reconhecem a legitimidade e a transparência na gestão dos recursos públicos, a adesão ao pagamento dos tributos tende a ser maior. Em contrapartida, a ausência de uma cultura de conscientização tributária pode resultar em elevados índices de inadimplência e resistência ao pagamento (SILVA, 2020). Dessa forma, estratégias que promovam o engajamento da população na compreensão da importância dos tributos tornam-se essenciais para uma arrecadação eficiente.

A adoção de estratégias inovadoras pode contribuir significativamente para o aprimoramento da arrecadação municipal. A informatização dos processos tributários representa um avanço na relação entre o contribuinte e a administração pública, permitindo a criação de portais eletrônicos para a emissão de guias de pagamento, consultas fiscais e acompanhamento da situação tributária. Essas ferramentas facilitam o cumprimento das obrigações fiscais e reduzem a burocracia envolvida nos processos de arrecadação (ALMEIDA,

2022).

Além da modernização administrativa, a conscientização da população sobre a relação entre arrecadação tributária e oferta de serviços públicos de qualidade desempenha um papel fundamental. Campanhas educativas fortalecem a cultura fiscal, estimulando o pagamento espontâneo dos impostos e reforçando a percepção de que os tributos são essenciais para o desenvolvimento local (SILVA, 2020).

Outra estratégia eficaz é a implementação de programas de refinanciamento de dívidas tributárias, como o Refis (Programa de Recuperação Fiscal), que oferece redução de juros e multas. Essas medidas possibilitam que os contribuintes regularizem sua situação fiscal sem comprometer excessivamente sua capacidade financeira, contribuindo para a recuperação de créditos fiscais e a ampliação da base arrecadatória (BRASIL, 2021).

A eficácia na arrecadação tributária impacta diretamente a sustentabilidade financeira municipal. Quando conduzida de forma eficiente, permite maior capacidade de investimento em infraestrutura, saúde, educação e demais áreas prioritárias, reduzindo a dependência de repasses estaduais e federais. Além de proporcionar previsibilidade orçamentária, fortalece a autonomia fiscal municipal e viabiliza a implementação de políticas públicas mais robustas e duradouras (ALMEIDA, 2022).

Portanto, a arrecadação municipal não se limita apenas ao potencial arrecadatório, mas envolve também a capacidade administrativa, econômica e cultural da gestão pública em garantir a eficiência na cobrança dos tributos. A modernização dos sistemas de arrecadação, a conscientização dos contribuintes e a implementação de incentivos ao pagamento são medidas essenciais para fortalecer a sustentabilidade financeira dos municípios e garantir a oferta contínua de serviços públicos à população.

2.3 Desafios da Arrecadação Municipal

Os municípios brasileiros enfrentam diversos desafios para garantir uma arrecadação eficiente de tributos. Esses desafios se intensificam em localidades de pequeno e médio porte, que apresentam limitações estruturais, econômicas e administrativas. A dependência de transferências intergovernamentais evidencia a fragilidade da base tributária municipal. Superar essas dificuldades é fundamental para promover maior autonomia financeira e melhorar a qualidade dos serviços públicos ofertados à população.

2.3.1 Desafios Administrativos

A falta de modernização administrativa é um dos principais obstáculos à arrecadação

eficaz. Muitos municípios ainda operam com sistemas manuais para gestão tributária, o que dificulta o controle de contribuintes e a emissão de cobranças. A ausência de um cadastro imobiliário atualizado também compromete a arrecadação do IPTU, enquanto a falta de um sistema eficiente de emissão de notas fiscais eletrônicas limita a arrecadação do ISS (ALMEIDA, 2022).

Outro desafio administrativo relevante é a carência de profissionais capacitados para atuar na área tributária. Em muitas cidades pequenas, as secretarias de finanças frequentemente contam com equipes reduzidas e sem treinamento adequado, o que prejudica a fiscalização e a cobrança de tributos (SILVA, 2020).

2.3.2 Desafios Econômicos

A dinâmica econômica local influencia diretamente a capacidade de arrecadação dos municípios. Em regiões marcadas pela baixa diversificação econômica e pela predominância de atividades informais, o potencial arrecadatório do ISS e do ITBI é limitado (COSTA, 2018).

Eventos econômicos adversos também agravam os desafios da arrecadação. A recessão de 2015-2016 levou a uma queda significativa na atividade econômica, afetando diretamente a capacidade de pagamento dos contribuintes. Mais recentemente, a pandemia de COVID-19 trouxe novas dificuldades, como o fechamento temporário de negócios e a redução da renda familiar, impactando negativamente a arrecadação tributária (BRASIL, 2021).

2.3.3 Desafios Culturais

A conscientização dos contribuintes sobre a importância do pagamento de tributos é outro obstáculo enfrentado pelos municípios. Em muitos casos, a população não reconhece a relação direta entre o pagamento de impostos e a melhoria dos serviços públicos. Além disso, a percepção de ineficiência e corrupção na administração pública desestimula o cumprimento das obrigações fiscais (SILVA, 2020).

A falta de uma cultura de educação fiscal contribui para altos índices de inadimplência. Campanhas educativas e programas escolares que ensinem sobre a importância dos tributos são estratégias eficazes para mudar essa realidade (ALMEIDA, 2022).

2.3.4 Possíveis Soluções

Para mitigar os desafios da arrecadação municipal, é fundamental que as administrações

locais invistam em:

- **Modernização administrativa:** digitalização de cadastros e sistemas de cobrança tributária;
- **Capacitação de servidores:** treinamento contínuo para melhorar a fiscalização e a gestão tributária;
- **Educação fiscal:** campanhas de conscientização voltadas para a população e programas escolares;
- **Incentivos ao pagamento:** programas de renegociação de dívidas tributárias com redução de juros e multas (BRASIL, 2021).
-

2.4 Transferências Intergovernamentais Vinculadas

As transferências intergovernamentais vinculadas desempenham um papel essencial na sustentabilidade financeira dos municípios brasileiros. Diferentemente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que tem caráter geral, as transferências vinculadas possuem destinação específica, sendo utilizadas obrigatoriamente em áreas prioritárias, como educação e saúde. Exemplos dessas transferências incluem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2021).

Essas transferências são fundamentais para garantir a manutenção e ampliação de serviços públicos essenciais. No entanto, sua destinação obrigatória limita a autonomia financeira dos municípios, que não podem redirecionar esses recursos para outras áreas que possam demandar investimentos urgentes. Além disso, a dependência dessas transferências expõe os municípios a riscos, como atrasos nos repasses ou cortes orçamentários em nível federal (ALMEIDA, 2022).

2.4.1 FUNDEB: Financiamento da Educação Básica

O FUNDEB é uma das principais fontes de financiamento da educação básica nos municípios brasileiros. Os recursos desse fundo são distribuídos de acordo com a quantidade de matrículas registradas na rede pública de ensino. Esse financiamento possibilita o pagamento de salários de professores e a manutenção das escolas (COSTA, 2018).

Apesar de sua importância, a gestão eficiente dos recursos do FUNDEB é desafiadora. A necessidade de comprovar a aplicação correta dos recursos pode gerar entraves burocráticos, além de exigir uma capacidade administrativa robusta que nem todos os municípios possuem

(SILVA, 2020).

2.4.2 SUS: *Garantia de Assistência à Saúde*

O SUS é responsável por financiar grande parte dos serviços de saúde nos municípios brasileiros. Os repasses vinculados ao SUS incluem recursos para atenção básica, serviços especializados e programas de saúde pública. Esses recursos são essenciais para a manutenção de postos de saúde e para a realização de campanhas de vacinação (ALMEIDA, 2022).

A destinação obrigatória desses recursos garante a continuidade dos serviços de saúde, mas também impõe desafios. A complexidade na gestão dos recursos do SUS e a necessidade de prestação de contas rigorosa podem dificultar a execução eficiente dos programas de saúde (BRASIL, 2021).

2.4.3 *Impacto nas Finanças Municipais*

A predominância das transferências vinculadas no orçamento municipal tem implicações significativas para a gestão financeira dos municípios. Essas transferências frequentemente compõem uma parcela relevante da receita total, evidenciando a dependência de recursos externos para a manutenção de serviços básicos (IBGE, 2023).

Iniciativas que busquem otimizar a gestão desses recursos e aumentar a arrecadação própria são fundamentais para reduzir essa dependência e fortalecer a autonomia financeira dos municípios (COSTA, 2018).

2.5 Impacto da Educação Fiscal na Arrecadação

A educação fiscal é um instrumento fundamental para a melhoria da arrecadação tributária e para a promoção da sustentabilidade financeira dos municípios. Ela busca conscientizar a população sobre a importância do pagamento de tributos e sua relação direta com a qualidade dos serviços públicos ofertados. Além disso, a educação fiscal estimula uma cultura de cidadania, onde o contribuinte passa a entender seus direitos e deveres em relação ao sistema tributário (BRASIL, 2021).

2.5.1 *Programas de Educação Fiscal em Escolas*

Um dos caminhos mais eficazes para promover a educação fiscal é a inclusão desse tema no currículo escolar. A partir do ensino básico, é possível sensibilizar as crianças sobre a

importância dos tributos e a necessidade de responsabilidade fiscal. Estudos mostram que projetos educacionais com essa abordagem resultam em uma melhora significativa na relação entre governo e contribuintes (SILVA, 2020).

A inserção de atividades práticas, como simulações de orçamentos familiares e debates sobre a destinação dos recursos públicos, contribui para uma compreensão mais ampla sobre a importância dos tributos para a sociedade. Essa formação cidadã visa construir uma geração mais consciente e engajada com suas obrigações fiscais (ALMEIDA, 2022).

2.5.2 Campanhas Educativas Voltadas ao Público Geral

Além do ambiente escolar, campanhas educativas direcionadas à população adulta são estratégias importantes para aumentar a arrecadação municipal. Essas campanhas podem esclarecer dúvidas sobre a destinação dos tributos e incentivar o pagamento de impostos atrasados por meio de programas de renegociação de dívidas.

As campanhas multimídia, com veiculação em rádios locais, redes sociais e distribuição de materiais informativos, têm se mostrado eficazes. A transparência na aplicação dos recursos públicos também é um fator decisivo para o sucesso dessas campanhas, pois contribui para aumentar a confiança dos contribuintes no sistema tributário (BRASIL, 2021).

2.5.3 Benefícios da Educação Fiscal

Os benefícios da educação fiscal vão além do aumento direto da arrecadação. Ela contribui para a construção de uma sociedade mais participativa e responsável, onde os cidadãos compreendem seu papel no financiamento das políticas públicas. Além disso, a educação fiscal fortalece a relação entre o governo e a sociedade, promovendo maior confiança e cooperação no cumprimento das obrigações fiscais (SILVA, 2020).

2.6 Sustentabilidade Financeira Municipal

A sustentabilidade financeira é um dos grandes desafios enfrentados pelos pequenos municípios brasileiros. Ela está diretamente relacionada à capacidade de os municípios gerarem recursos próprios suficientes para atender às demandas públicas, reduzindo a dependência de transferências intergovernamentais. No entanto, em muitas localidades, essa sustentabilidade é frequentemente comprometida pela baixa capacidade arrecadatória e pela forte dependência de repasses vinculados (BRASIL, 2021).

2.6.1 Importância da Diversificação de Receitas

Para alcançar uma sustentabilidade financeira mais robusta, é fundamental que os municípios diversifiquem suas fontes de receita. A dependência excessiva de transferências federais e estaduais deixa os municípios vulneráveis a oscilações econômicas e mudanças nas políticas públicas nacionais. A diversificação pode ser alcançada por meio de estratégias como:

- Incentivo ao crescimento econômico local para ampliação da base tributária do ISS;
- Modernização do cadastro imobiliário para otimizar a arrecadação do IPTU;
- Implementação de políticas de incentivo ao pagamento de tributos atrasados (BRASIL, 2021).

2.6.2 Gestão Eficiente dos Recursos Públicos

Além da diversificação de receitas, uma gestão eficiente dos recursos públicos é essencial para a sustentabilidade financeira. Isso envolve a otimização dos gastos municipais, a priorização de investimentos estratégicos e a transparência na aplicação dos recursos. Municípios que conseguem alinhar arrecadação eficiente e gestão eficaz são capazes de aumentar a confiança da população e atrair novos investimentos (ALMEIDA, 2022).

2.6.3 Tecnologia e Inovação na Administração Tributária

O uso da tecnologia tem se mostrado uma ferramenta poderosa para melhorar a arrecadação e a gestão financeira municipal. A digitalização dos processos tributários permite um controle mais eficiente das receitas e despesas, além de facilitar o relacionamento entre a administração pública e os contribuintes. Sistemas integrados de gestão financeira podem fornecer dados em tempo real, auxiliando na tomada de decisões estratégicas (SILVA, 2020).

2.6.4 Educação Fiscal como Pilar da Sustentabilidade

A educação fiscal desempenha um papel crucial na sustentabilidade financeira, pois estimula uma cultura de cidadania fiscal e incentiva o cumprimento das obrigações tributárias. Campanhas educativas que mostrem a aplicação dos recursos arrecadados podem aumentar a adesão dos contribuintes e fortalecer as finanças municipais (ALMEIDA, 2022).

2.6.5 Exemplos de Boas Práticas

Diversos municípios brasileiros têm adotado iniciativas inovadoras para alcançar uma sustentabilidade financeira mais robusta. Essas boas práticas incluem:

- Implementação de parcerias público-privadas para a modernização da administração tributária;
- Criação de incentivos fiscais para estimular o crescimento econômico local;

- Realização de programas de renegociação de dívidas tributárias com redução de juros e multas (BRASIL, 2021).

A implementação dessas ações não apenas melhora a arrecadação, mas também fortalece a capacidade dos municípios de enfrentar crises econômicas e planejar um desenvolvimento sustentável.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa é de natureza quantitativa, pois se baseia na análise de dados numéricos extraídos de fontes oficiais com o objetivo de quantificar e compreender o comportamento das receitas públicas do município de Pocinhos no período de 2014 a 2023. De acordo com Creswell (2014), pesquisas quantitativas buscam mensurar variáveis e estabelecer relações entre elas por meio de instrumentos estatísticos.

O enfoque quantitativo justifica-se pela objetividade dos dados orçamentários, que permitem a aplicação de técnicas estatísticas para verificar padrões, identificar proporções e realizar comparações ao longo do tempo. Assim, a abordagem adotada possibilita uma análise consistente e fundamentada sobre a dependência do município em relação às transferências intergovernamentais e a contribuição dos tributos municipais para o orçamento total.

3.2 Método de Pesquisa

O método adotado nesta pesquisa é o descritivo, pois visa apresentar e analisar as características observáveis da arrecadação de tributos municipais e das transferências intergovernamentais no município de Pocinhos, ao longo de um período determinado. Segundo Gil (2017), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, permitindo a análise sistemática de dados coletados.

Além disso, será utilizada a análise estatística, com destaque para a aplicação de estatística descritiva e regressão linear simples. Essas técnicas permitem observar tendências, variações e relações entre as variáveis estudadas, especialmente a influência das transferências sobre a receita total do município. Essa abordagem torna possível compreender, de forma objetiva, o comportamento financeiro municipal ao longo do tempo analisado. A combinação do método descritivo com ferramentas estatísticas reforça a

capacidade do estudo em oferecer uma análise técnica e embasada sobre o comportamento das receitas públicas municipais. (GIL, 2017).

3.3 Coleta de Dados

Os dados utilizados nesta pesquisa são de natureza secundária, obtidos a partir de fontes públicas e oficiais, como o Portal da Transparência do Governo Federal, o Portal do Tesouro Nacional e os relatórios do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). A utilização dessas fontes justifica-se pela confiabilidade, abrangência e facilidade de acesso aos dados orçamentários dos municípios brasileiros (MATTAR, 2018).

Foram coletadas informações referentes às seguintes categorias de receita:

- **Tributos Municipais:** incluem o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI);
- **Transferências Intergovernamentais Totais:** englobam repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), FUNDEB, SUS e outras transferências constitucionais;
- **Receita Total do Município:** soma de todas as receitas orçamentárias arrecadadas em cada exercício financeiro.

O período analisado compreende os **anos de 2014 a 2023**, totalizando dez exercícios fiscais consecutivos. Essa delimitação temporal foi escolhida por proporcionar uma visão ampla e atualizada da evolução da arrecadação municipal, além de abranger variações econômicas e políticas relevantes que impactaram diretamente os repasses e a arrecadação local.

3.4 Tratamento dos Dados e Técnicas Estatísticas

Os dados coletados foram organizados e processados no software Microsoft Excel, que permitiu a realização de cálculos estatísticos e a construção de tabelas e gráficos para visualização dos resultados. A análise foi realizada com base em técnicas estatísticas descritivas e inferenciais, com o objetivo de identificar padrões, variações e proporções nas receitas municipais ao longo do período estudado.

As técnicas aplicadas foram:

- **Média Aritmética:** para calcular a arrecadação média anual dos tributos municipais, das transferências intergovernamentais e da receita total;

- **Desvio Padrão e Mediana:** utilizados para avaliar a dispersão e o comportamento central dos valores;
- **Varição Percentual Anual:** aplicada para observar as oscilações ano a ano nas categorias analisadas;
- **Cálculo de Proporção:** utilizado para identificar a participação relativa das transferências e dos tributos em relação à receita total do município;
- **Regressão Linear Simples:** aplicada para verificar a relação entre o total de transferências e a receita total municipal. Essa técnica permite avaliar a influência de uma variável sobre outra, fornecendo indicadores como o coeficiente angular, o intercepto, o coeficiente de determinação (R^2) e o nível de significância (p-valor), essenciais para interpretação estatística.

Essas ferramentas foram escolhidas por sua adequação à análise de séries históricas e por possibilitarem uma leitura clara e objetiva do comportamento das receitas públicas.

3.5 Justificativa para o Período Analisado

O período de 2014 a 2023 foi selecionado com o objetivo de proporcionar uma análise ampla e atualizada da evolução das receitas públicas do município de Pocinhos. Essa janela temporal de dez anos permite identificar tendências, flutuações e padrões estruturais na arrecadação de tributos e no recebimento de transferências intergovernamentais.

Além disso, o recorte escolhido contempla momentos de relevância econômica e fiscal, como os efeitos da crise econômica nacional (2015-2016), o impacto da pandemia de COVID-19 (2020-2021) e os esforços de recuperação fiscal nos anos subsequentes. A análise desse intervalo favorece uma compreensão mais completa sobre como eventos externos influenciaram o comportamento das receitas municipais.

Essa abordagem temporal permite não apenas observar variações pontuais, mas também avaliar a consistência e a sustentabilidade das fontes de receita ao longo do tempo, contribuindo para diagnósticos mais precisos sobre a autonomia financeira do município.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, será apresentada a análise descritiva, que fornece uma visão geral do comportamento das receitas municipais ao longo do período analisado. Essa etapa permite identificar padrões de crescimento ou retração, além de destacar a participação das transferências na composição da receita total do município.

Em seguida, será realizada a análise estatística, por meio da aplicação da regressão linear, com o objetivo de quantificar a influência das transferências intergovernamentais sobre a receita total. Esse modelo possibilita mensurar o grau de dependência do município em relação aos repasses estaduais e federais, além de verificar a significância estatística dessa relação.

4.1 Análise Descritiva

4.1.1 Médias das Receitas Municipais

Neste tópico, apresentam-se os valores médios das principais receitas do município de Pocinhos no período de 2014 a 2023. Foram consideradas três categorias principais: os tributos municipais (como IPTU, ISS e ITBI), as transferências intergovernamentais (incluindo o FPM, Fundeb, SUS e outras), e a receita total do município. O objetivo é evidenciar, de forma geral, o comportamento médio das finanças públicas locais ao longo da última década.

A seguir, a Tabela 1 exibe os valores médios anuais arrecadados em cada uma dessas categorias, permitindo uma visualização clara da representatividade relativa de cada fonte de receita.

Tabela 1 - Médias das Receitas Municipais

Categoria	Valor Médio (R\$)
Receita Total	47.681.586,05
Transferências	44.928.954,09
Arrecadação Municipal	1.756.115,06
Outras Receitas Correntes (não analisadas)	996.516,90

Fonte: Dados coletados no Portal da Transparência e Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2024).

Nota explicativa: A linha Outras Receitas Correntes representa a diferença entre a receita total e a soma das receitas tributárias e das transferências intergovernamentais. Ela agrupa receitas diversas não detalhadas neste estudo, tais como multas e juros moratórios, indenizações, restituições, receitas da dívida ativa e outras receitas correntes eventuais. Essas receitas são classificadas em conjunto conforme a Lei nº 4.320/1964 e o manual técnico do setor público (BRASIL, 2021). Optou-se por não analisá-las individualmente devido ao foco do trabalho nas receitas próprias (tributos municipais) e em repasses intergovernamentais, e porque representam fontes heterogêneas de menor relevância relativa neste contexto.

Os dados demonstram que a receita total média anual do município no período foi de aproximadamente R\$ 47,68 milhões. Desse total, as transferências intergovernamentais

corresponderam a cerca de R\$ 44,93 milhões, enquanto a arrecadação própria por meio de tributos municipais foi de apenas R\$ 1,75 milhão. Ou seja, mais de 94% da receita média do município tem origem em repasses estaduais e federais.

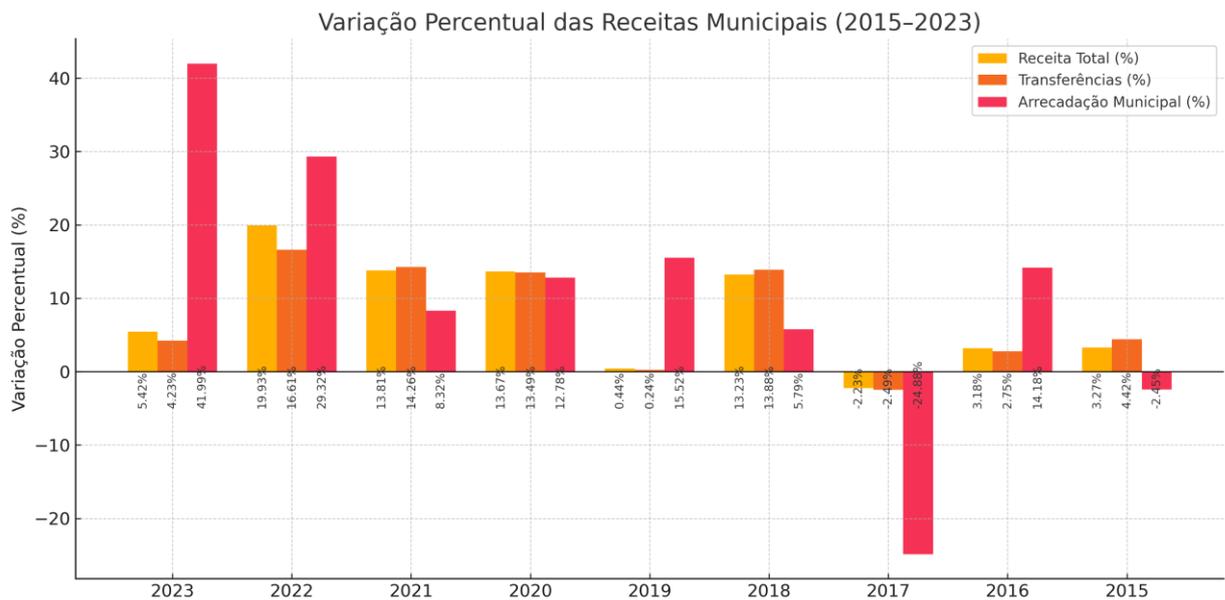
Essa significativa disparidade entre as fontes evidencia o elevado grau de dependência fiscal do município em relação às transferências, o que indica que a autonomia financeira de Pocinhos ainda é bastante limitada. Esse padrão será melhor explorado nas análises a seguir, que examinam a variação anual e a proporção dessas receitas no orçamento total.

4.1.2 Variação Percentual Ano a Ano

Este tópico apresenta a variação percentual anual das principais receitas do município de Pocinhos entre os anos de 2014 e 2023. O objetivo é observar o comportamento ao longo do tempo da receita total, das transferências intergovernamentais e da arrecadação própria, identificando padrões de crescimento, estabilidade ou retração.

A figura 1 apresenta a variação percentual das receitas ao longo dos anos, permitindo identificar padrões de crescimento ou retração na arrecadação.

Figura 1 - Variação Percentual das Receitas Municipais.



Fonte: Dados elaborados pelo autor com base no Portal da Transparência e TCE-PB (2024).

A análise da variação percentual ano a ano das receitas municipais de Pocinhos, no período de 2014 a 2023, permite identificar oscilações significativas que evidenciam a forte dependência do município em relação às transferências intergovernamentais e à conjuntura econômica nacional.

Em 2017, observa-se uma queda acentuada, reflexo dos efeitos da recessão econômica enfrentada pelo Brasil entre 2015 e 2016. Durante esse período, houve redução na atividade econômica, diminuição da arrecadação federal e, conseqüentemente, queda nos repasses constitucionais aos entes subnacionais (GIACOMONI, 2021; BRASIL, 2021). Esse cenário impactou diretamente as finanças municipais, gerando retração nas receitas em diversos municípios de pequeno porte, como Pocinhos.

O ano de 2020 também apresentou variação negativa significativa. Essa queda está relacionada aos efeitos da pandemia da COVID-19, que provocou uma desaceleração brusca na economia nacional, afetando diretamente a arrecadação e a distribuição das transferências (COSTA, 2018; TCE-PB, 2024). O distanciamento social, a suspensão de atividades econômicas e as incertezas fiscais resultaram em menor volume de recursos disponíveis para os entes federativos, comprometendo a receita municipal naquele ano.

Em contrapartida, o ano de 2022 apresentou crescimento expressivo. Essa elevação está relacionada à recuperação econômica gradual do país após os efeitos mais severos da pandemia e à intensificação de políticas públicas em ano eleitoral, que favoreceram o aumento dos repasses aos municípios (MELO, 2021; RIBEIRO, 2022). Além disso, o reforço de programas federais e a liberação de transferências extraordinárias contribuíram para o crescimento das receitas nesse período.

No caso de 2019, embora a variação percentual tenha sido mais modesta, ainda assim foi positiva. Esse comportamento pode ser atribuído à manutenção estável das transferências constitucionais, como o FPM e o Fundeb, além da ausência de eventos econômicos adversos que comprometessem os repasses (BRASIL, 2021).

Essas oscilações reforçam o grau de vulnerabilidade fiscal de Pocinhos, cuja capacidade de arrecadação própria é limitada e sujeita às flutuações de transferências externas. A imprevisibilidade observada ao longo dos anos compromete o planejamento orçamentário de longo prazo e evidencia a necessidade de estratégias para ampliação da autonomia financeira local (ALMEIDA, 2022; FERREIRA, 2020).

4.1.3 Proporção das Transferências na Receita Total

Este tópico apresenta a proporção que as transferências intergovernamentais representaram na receita total do município de Pocinhos entre os anos de 2014 e 2023. A proposta é quantificar o peso relativo dos repasses externos na composição do orçamento municipal, evidenciando o grau de dependência financeira do município. A Tabela 2 apresenta a proporção das transferências intergovernamentais no orçamento municipal,

destacando o peso desses repasses na composição da receita total.

Tabela 2 - Proporção das Transferências na Receita Total (%).

Ano	Proporção das Transferências (%)
2023	90,90
2022	92,05
2021	95,87
2020	95,36
2019	95,56
2018	95,75
2017	95,04
2016	95,29
2015	95,71
2014	94,57

Fonte: Dados obtidos no Portal da Transparência e no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2024).

A análise da redução da proporção das transferências intergovernamentais na receita total de Pocinhos entre 2021 e 2023 evidencia um movimento de leve recuperação da arrecadação própria do município. Em 2021, as transferências representavam 95,87% da receita total, percentual que caiu para 90,90% em 2023. Essa mudança pode ser explicada por um conjunto de fatores econômicos e fiscais que impactaram diretamente a estrutura das receitas municipais.

No contexto nacional, o período foi marcado pela recuperação econômica pós-pandemia, com crescimento acumulado do PIB de 4,6% em 2021 e 3,0% em 2022, além de uma redução gradual da inflação, que passou de 10,06% em 2021 para 5,79% em 2022 e 4,62% em 2023 (IBGE, 2024; BRASIL, 2024). Essa retomada contribuiu para o aumento da atividade econômica local, o que pode ter impulsionado a arrecadação de tributos municipais, como o IPTU e o ISS. Ademais, a diminuição dos repasses emergenciais criados para mitigar os efeitos da pandemia, como o Auxílio Emergencial, também influenciou a redução relativa da participação das transferências no orçamento municipal (TCE-PB, 2024).

No âmbito estadual, a Paraíba apresentou crescimento econômico acima da média nacional, com destaque para o desempenho de setores como comércio e serviços, que impactam positivamente a base tributária dos municípios (IBGE, 2023). Esse cenário, aliado a possíveis melhorias na gestão fiscal local, como ações de fiscalização e recuperação de créditos tributários, pode ter contribuído para o aumento da arrecadação própria de Pocinhos no período analisado.

Embora a redução de dependência represente um avanço, a análise histórica ainda evidencia uma elevada vulnerabilidade fiscal, com a maior parte das receitas do município

proveniente de repasses estaduais e federais. Em 2023, mais de 90% da receita total de Pocinhos ainda era composta por transferências, o que reforça a necessidade de estratégias locais para o fortalecimento da arrecadação própria e a busca por maior autonomia financeira (BARRETO; BARBOSA, 2024).

4.2 Análise Estatística (Regressão Linear)

4.2.1 Estatísticas do Modelo

A Tabela 3 a seguir, apresenta-se a estimativa do modelo de regressão linear simples, utilizado para examinar a relação entre o total de transferências intergovernamentais e a receita total do município de Pocinhos, no período de 2014 a 2023. Essa análise busca verificar o quanto as transferências explicam o comportamento da receita total, por meio de indicadores estatísticos clássicos como o coeficiente de determinação (R^2), o erro padrão e a significância do modelo.

Tabela 3 - Estatísticas do Modelo de Regressão.

Estatística	Valor Obtido	Interpretação
(Coeficiente de Determinação)	0,9973	99,73% da variação na receita total é explicada pelas transferências.
Erro Padrão	804.910	Mede a precisão das previsões do modelo; valores menores indicam maior precisão.
F-Estatística	2962,76	Valor alto, indicando que o modelo tem um bom ajuste.
Significação F	1,44E-11	Valor muito baixo ($<0,05$), confirmando que o modelo é estatisticamente significativo.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Excel (2024).

O modelo apresentou um coeficiente de determinação (R^2) de 0,9973, o que significa que 99,73% da variação observada na receita total pode ser explicada pelas transferências intergovernamentais. Trata-se de um valor extremamente elevado, indicando que existe uma forte associação entre as duas variáveis, e que a maior parte do comportamento da receita total está diretamente relacionada aos repasses recebidos.

A Estatística F obtida foi de 2962,76, um valor bastante alto, o que reforça a validade do modelo em termos de sua capacidade explicativa. O respectivo p-valor ($1,44 \times 10^{-11}$) é inferior ao nível de significância de 5% geralmente adotado em análises estatísticas, o que permite afirmar com segurança que o modelo é estatisticamente significativo. Ou seja, é altamente improvável que essa relação entre as variáveis tenha ocorrido por acaso.

O erro padrão de aproximadamente R\$ 804.910 também está dentro de um intervalo considerado aceitável, especialmente quando comparado à escala dos valores analisados, indicando que as previsões do modelo são razoavelmente precisas.

Esses resultados mostram que a receita total do município está fortemente vinculada às transferências intergovernamentais e que o modelo matemático adotado é adequado para representar essa relação.

4.2.2 Interpretação dos Coeficientes da Regressão

A Tabela 4 apresenta os coeficientes estimados pelo modelo de regressão linear simples, que representa a relação entre o total de transferências intergovernamentais (variável independente) e a receita total do município de Pocinhos (variável dependente), com base nos dados do período de 2014 a 2023.

Tabela 4 - Coeficientes da Regressão.

Variável	Coefficiente	Valor-P	Intervalo de Confiança 95%
Intercepto (β_0)	-3.080.611,98	0,0128	(-5.309.835,28 ; -851.388,67)
Transferências (β_1)	1,1298	1,44E-11	(1,0819 ; 1,1776)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Excel (2024).

A equação resultante do modelo é expressa por:

$$\text{Receita Total} = -3.080.611,98 + 1,1298 \times \text{Transferências}$$

O coeficiente angular $\beta_1 = 1,1298$ indica o quanto a receita total tende a variar, em média, a cada variação de uma unidade na variável das transferências intergovernamentais. Em termos práticos, isso significa que, a cada R\$ 1,00 adicional recebido em transferências, estima-se que a receita total do município aumente R\$ 1,13. Isso revela que o impacto das transferências não apenas acompanha a receita total, como também apresenta um efeito multiplicador, sugerindo que os repasses podem incentivar outras fontes de receita ou movimentar setores locais que contribuem para o aumento do orçamento total.

Esse tipo de coeficiente é fundamental em modelos de regressão, pois ele mede a intensidade da relação entre as variáveis. Um valor positivo, como neste caso, demonstra que existe uma relação direta: quando as transferências aumentam, a receita total também tende a crescer.

Já o intercepto ($\beta_0 = -3.080.611,98$) representa o valor estimado da receita total caso o município não recebesse nenhuma transferência intergovernamental. Embora essa situação não ocorra na realidade, esse valor negativo ilustra a incapacidade do município de

sustentar sua receita apenas com a arrecadação própria, evidenciando uma dependência estrutural dos repasses externos para equilibrar o orçamento público.

Ambos os coeficientes possuem valores-p inferiores a 0,05, o que confirma sua significância estatística. Isso significa que as estimativas têm elevada confiabilidade e que a relação entre as transferências e a receita total não é fruto do acaso. O intervalo de confiança de 95% para β_1 também demonstra que, mesmo com pequenas variações, o valor verdadeiro do coeficiente está consistentemente acima de 1, reforçando a robustez da relação observada.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou a composição das receitas do município de Pocinhos, com ênfase na dependência das transferências intergovernamentais e seus impactos na sustentabilidade financeira local. Considerando que grande parte dos municípios brasileiros enfrenta dificuldades em manter um orçamento equilibrado sem os repasses federais e estaduais (SOUZA, 2020), buscou-se verificar se esse cenário se aplica à realidade de Pocinhos.

Os resultados da análise descritiva demonstraram que mais de 90% da receita total do município provém de transferências intergovernamentais. Essa elevada participação indica que eventuais reduções nos repasses podem comprometer a prestação de serviços públicos essenciais, além de limitar a capacidade de investimento e planejamento autônomo da gestão municipal. Como destacam Almeida e Castro (2021), a baixa arrecadação própria enfraquece a autonomia dos entes locais e amplia sua vulnerabilidade frente a mudanças externas.

A análise estatística, por meio do modelo de regressão linear, confirmou essa dependência. O coeficiente de determinação de 0,9973 indicou que praticamente toda a variação da receita total é explicada pelas transferências. Além disso, o coeficiente angular de 1,13 revelou que, para cada R\$ 1,00 recebido em transferências, a receita total aumentou, em média, R\$ 1,13 — valor que expressa um impacto direto e amplificado desses recursos na arrecadação global do município. Segundo Santos e Oliveira (2019), coeficientes acima de 1 sugerem baixa autonomia fiscal e forte dependência das políticas de repasse.

Diante desses achados, conclui-se que Pocinhos apresenta um quadro de alta dependência fiscal, o que representa um risco significativo para a estabilidade orçamentária e o planejamento de médio e longo prazo. Em contextos de retração econômica ou reestruturação das transferências constitucionais, o município pode enfrentar sérias

dificuldades para manter seu funcionamento básico.

Nesse sentido, algumas estratégias podem ser adotadas para mitigar essa situação e fortalecer a arrecadação própria:

Uma das possibilidades está na promoção da formalização de empresas e microempreendedores locais, ampliando a base tributária do município. Conforme destaca Ribeiro (2022), políticas de incentivo à regularização, como isenções temporárias de taxas, podem gerar um ambiente favorável ao crescimento do setor informal e, posteriormente, ao aumento da arrecadação do ISS.

Outra medida importante é a captação ativa de recursos via convênios e programas federais e estaduais. Além dos repasses automáticos, existem linhas de financiamento e editais que podem ser acessados por meio de projetos bem estruturados. De acordo com Melo (2021), municípios com equipes técnicas capacitadas conseguem obter recursos significativos para áreas como infraestrutura, saúde e educação, sem depender exclusivamente dos repasses constitucionais.

Por fim, a diversificação das atividades econômicas locais deve ser considerada uma estratégia de médio e longo prazo. Ferreira (2020) aponta que o incentivo a setores como turismo, agricultura e pequenas indústrias contribui não apenas para a geração de empregos, mas também para o fortalecimento da arrecadação municipal por meio de tributos como o ISS e o ICMS.

Em conjunto, essas medidas podem contribuir para a redução da vulnerabilidade fiscal do município de Pocinhos, promovendo maior autonomia financeira e assegurando a continuidade das políticas públicas locais, mesmo diante de cenários adversos no repasse de recursos.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A. A sustentabilidade financeira dos municípios brasileiros: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 21, n. 3, p. 55–78, 2022.
- ALMEIDA, R.; CASTRO, T. Autonomia financeira dos municípios brasileiros. *Revista de Gestão Pública*, v. 18, n. 2, p. 45–67, 2021.
- BARRETO, J.; BARBOSA, M. Dependência fiscal e autonomia financeira nos municípios do Nordeste brasileiro. **Revista de Gestão Pública**, v. 20, n. 1, p. 104–127, 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2021.
- BRASIL. **Fundo de Participação dos Municípios: regras e distribuição**. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- BRASIL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Parte I – Aspectos Conceituais**. Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília: STN, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRASIL. **Ministério da Economia. Síntese dos Indicadores Econômicos 2024**. Brasília: ME, 2024.
- COSTA, M. R. **A gestão tributária municipal e seus desafios**. São Paulo: Atlas, 2018.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- FERREIRA, L. **Desenvolvimento econômico local e arrecadação tributária**. São Paulo: Editora Nacional, 2020.
- GIACOMONI, J. A. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama econômico municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2023**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- MELO, J. **Captação de recursos para municípios: estratégias e desafios**. São Paulo: Atlas, 2021.
- PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2010.
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Dados financeiros e orçamentários dos municípios**. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br>.

Acesso em: 12 fev. 2024.

RIBEIRO, C. Microempreendedorismo e arrecadação municipal. **Revista Brasileira de Economia**, v. 30, n. 1, p. 99–120, 2022.

SANTOS, A.; OLIVEIRA, M. Transferências intergovernamentais e dependência fiscal. **Economia & Gestão Pública**, v. 25, n. 3, p. 78–92, 2019.

SILVA, R. T. **Gestão tributária e autonomia financeira nos municípios brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2020.

SOUZA, P. **Desafios da arrecadação municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB). **Relatórios fiscais municipais**. Disponível em: <https://www.tce.pb.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2024.